

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.304 - PR (2019/0048502-6)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE : V S**  
**ADVOGADOS : ANTONIO MARCOS SOLERA E OUTRO(S) - PR036101**  
**WILLIAN LIMA SOLERA - PR073075**  
**CHRISTIAN LIMA SOLERA - PR074233**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**EMENTA**

CONSTITUCIONAL. PENAL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. PRETENSÃO DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 148 DO CTN. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS E QUE NÃO IMPUGNAM OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283 DO STF. ILICITUDE DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS SIGILOSOS PELA RECEITA FEDERAL COM O MINISTÉRIO PÚBLICO. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO VIOLADO. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por **V. S.**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 1442):

*"PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 15, I, DA LEI 8.137/90. MATERIALIDADE, AUTORIA E DOLO COMPROVADOS. DOSIMETRIA DA PENA MANTIDA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.*

*1. Eventuais vícios na constituição do crédito tributário são, em princípio, examináveis no âmbito judicial cível, descabendo ao Juízo Penal imiscuir-se nessa matéria. Para a seara criminal, basta a existência de lançamento definitivo em vigor, valendo a presunção de legitimidade do ato administrativo.*

*2. A presunção contida no art. 42 da Lei nº 9.430/96 mostra-se legítima, porquanto o réu não se desincumbiu de demonstrar a origem dos valores depositados na conta bancária a fim de descaracterizar qualquer conduta ilícita.*

*3. Comprovados a materialidade, a autoria e o dolo, e ausentes causas excludentes da ilicitude ou da*

*antijuridicidade, impõe-se a condenação do réu pelo delito previsto no artigo 1º, I, da Lei nº 8.137/90.*

*4. Não há nenhuma irregularidade na dosimetria efetuada pelo magistrado singular, uma vez que dosou a reprimenda dentro dos limites legais, valendo-se da margem de discricionariedade que o sistema jurídico lhe confere.*

*5. Encerrada a jurisdição criminal de segundo grau, deve ter início a execução da pena imposta ao réu, independentemente da eventual interposição de recurso especial ou extraordinário"*

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (fls. 1468-1474), consoante a seguinte ementa:

**"PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SIGILO BANCÁRIO. COMPARTILHAMENTO ENTRE RECEITA FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGALIDADE.**

*1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver no acórdão ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão em relação a algum ponto sobre o qual o Tribunal deveria se pronunciar (CPP, arts. 619 e 620, §§ 1º e 2º), ou, por construção da jurisprudência, quando houver erro material no julgado.*

*2. Os dados obtidos em regular procedimento administrativo fiscal pela Secretaria da Receita Federal do Brasil podem ser lícitamente utilizados para fins de instrução criminal, sendo desnecessária prévia autorização judicial"*

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente sustenta a violação do art. 148 do Código Tributário Nacional, ao argumento de que o v. acórdão recorrido carece de fundamentação idônea, ainda mais porque ignorou que "não houve arbitramento para a constituição do débito fiscal" (fl. 1.486), na forma exigida pelo norma supostamente violada.

Afirma, ainda, que o acórdão recorrido foi indiferente quanto à atipicidade da conduta, em face da ausência de materialidade, ao argumento de que não ocorreu no presente caso o fato gerador da obrigação tributária, inexistindo justa causa para a persecução penal.

Alega, outrossim, que, diante da informalidade das atividades exercidas pelo recorrente, *"deveria o Fisco, ante a ausência de elementos*

*fornecidos pelo contribuinte, inexistência de contabilidade, etc, ter procedido ao competente arbitramento fiscal para apurar o tributo devido (CTN, art. 148)" (fl. 1.488).*

Aduz que o acórdão objurgado legitimou o compartilhamento de dados sigilosos obtidos pela Receita Federal diretamente com o Ministério Público, sem a necessária e prévia autorização judicial, colacionando diversos precedentes desta Corte que reconheceram a ilicitude desta prova atraindo, **in casu**, a nulidade da condenação, porquanto lastreada em prova ilícita.

Defende que a referida nulidade, por ser absoluta, pode ser reconhecida de ofício e em qualquer grau de jurisdição, não havendo que se falar em preclusão, ma medida em que *"a ilicitude da prova ora destacada que, além de determinante, permeou toda a instrução criminal, maculando a sua integridade por completo,(...) [sendo] impositiva a anulação ab initio do processo"* (fl. 1.501).

Pretende, ao final, o afastamento condenação, em face da nulidade do processo, que se lastreou em prova ilícita, em flagrante inobservância aos arts. 5º, inc. XII e 93, inc. IX, ambos da Constituição Federal.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 1542-1552), o recurso foi admitido na origem (fl. 1555) e os autos encaminhados a esta Corte Superior.

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **não conhecimento** do recurso especial (fls. 1571-1601).

É o relatório.

**Decido.**

Consta dos autos que o recorrente **V. S.** foi condenado, em primeiro grau, à pena de **2 (dois) anos, 4 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão**, em **regime aberto**, além de 54 (cinquenta e quatro) dias-multa, tendo a pena corporal sido substituída por duas restritivas de direitos, consistente na prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, pelo

delito previsto no art. 1º, inc. I, da Lei nº 8.137/1990 (fls. 1.326-1.343).

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo** negou provimento ao apelo da defesa, mantendo a sentença condenatória.

A primeira questão a ser analisada cinge-se na suposta atipicidade da conduta do recorrente. Alega a defesa que diante da informalidade das atividades exercidas pelo acusado, *"deveria o Fisco, ante a ausência de elementos fornecidos pelo contribuinte, inexistência de contabilidade, etc, ter procedido ao competente arbitramento fiscal para apurar o tributo devido (CTN, art. 148)"* (fl. 1.488), levando à ausência de materialidade da conduta. O eg. Tribunal **a quo** assim se manifestou sobre o ponto (fls. 1.439-1.440):

*"A materialidade do delito está comprovada pela Representação Fiscal para Fins Penais nº 10950.001181/2007-91, referente ao Processo Administrativo Fiscal nº 10950.001180/2007-46 (evento 1, AP-INQPOL5/AP-INQPOL18). Os valores apurados foram constituídos em 20.06.2009, sendo que, em 17.10.2014, o valor consolidado dos débitos somava R\$ 2.578.532,42 (evento 75).*

*As investigações levadas a efeito na ação fiscal revelam a ocorrência de omissão de receitas caracterizada pelos depósitos e créditos bancários de origem não comprovada, relacionados nas planilhas "Movimentação Financeira - Valores a Comprovar", sujeitos a lançamento de ofício, de acordo com o disposto no artigo 42 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (artigo 849 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - RIR/1999).*

*Sabe-se que o procedimento administrativo se torna prova, na acepção técnica do termo, da materialidade dos fatos veiculados no artigo Iº da Lei nº 8.137/90, pois produzido sob crivo do contraditório e da ampla defesa.*

*Destarte, o lançamento fiscal em procedimento regular assume presunção legal de veracidade, sendo suficiente como prova da materialidade do crime.*

*Eventuais vícios na constituição do crédito tributário são, em princípio, examináveis no âmbito judicial cível, descabendo ao Juízo Penal imiscuir-se nessa matéria. Para a seara criminal, basta a existência de lançamento definitivo em vigor, valendo a presunção de legitimidade do ato administrativo.*

*E regras de presunção como a do art. 42 da Lei nº 9.430/96 são constitucionais, conforme se depreende do seguinte precedente do e. STF:*

*[...]*

*Não tendo o réu se desincumbido do ônus de demonstrar a origem dos valores, tenho por comprovada a materialidade delitiva.*

*A autoria é certa e recai na pessoa do réu, tendo em vista ser ele o dirigente da prática empresarial, decidindo no dia a dia sobre os rumos e políticas a serem adotados pela sociedade, aí incluído o não pagamento de tributos, a prática de atos tendentes à redução (lícita ou ilícita) da carga tributária, os novos investimentos, etc. Se o agente omitiu informação ou prestou declaração falsa às autoridades fazendárias, reduzindo ou suprimindo, com isso, tributo ou obrigação acessória, perfectibilizado estará o tipo penal.*

*No delito previsto no artigo 1º da Lei 8.137/1990, o dolo é genérico (STF, AP 516, Tribunal Pleno, Rei. Ministro Ayres Britto, DJe 03-12-2010; STJ, REsp 480.395, 5ª Turma, Rei. Ministro José Arnaldo da Fonseca, DJU 07-4- 2003). Por conseguinte, sendo prescindível um especial fim de agir na conduta do agente, o elemento subjetivo nela inserto decorre da evidente intenção de suprimir o pagamento de tributos, o que restou, à evidência da materialidade e autoria delitivas, comprovado na espécie.*

*O réu, à época dos fatos, era imputável, tendo plena consciência da ilicitude de seus atos, razão pela qual dele era exigível conduta diversa, estando devidamente configurada a culpabilidade.*

*Impõe-se, portanto, a manutenção da sentença condenatória"*

Da análise do recurso especial, percebe-se que, no ponto, a pretensão defensiva quanto à suposta inexistência de materialidade do delito esbarra, de forma patente, no óbice da **Súmula n.º 7/STJ**, dependendo o seu acolhimento de inviável reexame do acervo fático- probatório.

Havendo a instância ordinária compreendido de maneira diversa, acolher semelhante conclusão, demandaria, por óbvio, a modificação do **quadro probatório** delimitado na origem, sendo, porém, vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias, no âmbito dos recursos extraordinários (**Súmula 7/STJ e Súmula 279/STF**).

Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO. EXCLUSÃO DA ILICITUDE. ART. 23, I, DO CP. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. Para afastar as conclusões do acórdão e reconhecer o preenchimento dos requisitos do art. 24 do CP, seria imprescindível o reexame de provas, não admitido no recurso especial. Súmula n. 7 do STJ.*

*2. A alegação de dificuldades financeiras, por si só,*

*não é idônea a comprovar o estado de necessidade, principalmente se o acórdão registrou que o crime foi praticado durante mais de cinco anos, situação fática incompatível com a tese de perigo atual ou iminente, que os recorrentes não podiam de outro modo evitar.*

3. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 832.864/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 5/9/2016, grifei).

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MALFERIMENTO AOS ARTS. 23 DO CP E 386, III, DO CPP. EXCLUSÃO DE ILICITUDE. ESTADO DE NECESSIDADE. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a embasar o decreto condenatório, ou a ensejar a absolvição, notadamente por reconhecimento do estado de necessidade. Nesse contexto, verifica-se não possuir esta senda eleita espaço para a análise da matéria suscitada pelo recorrente, cuja missão pacificadora restara exaurida pelas instâncias anteriores. Incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 909.618/SE, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 14/6/2016).

"[...] EXCLUDENTE DE ILICITUDE. ESTADO DE NECESSIDADE. MATÉRIA NÃO DECIDIDA PELA CORTE DE ORIGEM E QUE EXIGE REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 211 E 7 DO STJ.

1. A alegação de que a conduta do recorrente estaria abrigada pela excludente de ilicitude atinente ao estado de necessidade não foi objeto de apreciação pelo Tribunal a quo no julgamento da apelação ou dos embargos de declaração.

2. Ausente, pois, o necessário prequestionamento da matéria, o que atrai a incidência da Súmula 211 do STJ.

3. Ademais, o reconhecimento da citada excludente de ilicitude exige o aprofundado reexame de provas, procedimento inviável em sede de recurso especial. Aplicação da Súmula 7 do STJ.

[...]

2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no REsp 1.309.576/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge**

Mussi, DJe 5/2/2014, grifei).

Outrossim, a pretensão defensiva, na forma como foi posta no **apelo nobre**, não foi objeto de debate pelo Tribunal **a quo**, que manteve o édito condenatório por outros fundamentos que não foram impugnados no presente inconformismo, obstando o conhecimento do recurso especial pela falta de prequestionamento bem como ausência de impugnação a fundamento que, por si só, é suficiente para a manutenção do aresto vergastado. Incidem, na espécie, as Súmulas 282, 283 e 356, todas do STF, que preconizam:

*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada";*

*"O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento".*

*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".*

Nesse sentido:

**"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33 § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E N. 356 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

*1. A questão quanto à minorante da Lei Antidrogas não foi objeto de debate e discussão pelo Tribunal a quo em sede de apelação. Carece, assim, o tópico do adequado e indispensável prequestionamento, motivo pelo qual incidentes, por analogia, as Súmulas n. 282 e 356/STF.*

*Agravo regimental desprovido."* (AgRg no AREsp 1006738/BA, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe de 28/4/2017)

**"RECURSO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO RÉU. SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DISSÍDIO PRETORIANO. COTEJO ANALÍTICO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULAS N. 282 E 356, AMBAS DO STF.**

**RECURSO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
NÃO CONHECIDO E AGRAVO DO RÉU CONHECIDO PARA  
NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.**

[...]

9. Conforme reiterada jurisprudência do STJ, para o atendimento do requisito do prequestionamento, é necessário que a questão haja sido objeto de debate pelo Tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca do dispositivo legal apontado como violado, o que, como visto, não foi oportunizado na espécie, pois sequer alegado pelo ora agravante em suas pretéritas irresignações.

10. No caso, apesar de a defesa ter apelado quanto à violação dos arts. 59, 61, II, "f", 68 e 141, III, do Código Penal, a insurgência não foi analisada pelo Tribunal de origem nem a defesa opôs embargos de declaração. Incidem, portanto, neste ponto, os óbices das Súmulas n. 282 e 356, ambas do STF, in verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento".

11. Ante o esgotamento das instâncias ordinárias, de acordo com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE n. 964.246, sob a sistemática de repercussão geral, é possível a execução da pena depois da prolação de acórdão em segundo grau de jurisdição e antes do trânsito em julgado da condenação, para garantir a efetividade do direito penal e dos bens jurídicos constitucionais por ele tutelados.

12. Recurso especial do Ministério Público Federal não conhecido e agravo do réu conhecido a fim de não conhecer do recurso especial, com determinação de envio de cópia dos autos ao Juízo da condenação para imediata execução da pena imposta, salvo se o recorrido já cumpriu a reprimenda." (REsp 1557261/RJ, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 1/8/2017)

**"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESTITUIÇÃO DE BENS E VALORES APREENDIDOS. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 118 E 120 DO CPP E 4º, § 2º, DA LEI N. 9.613/1998. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. SEQUESTRO DE BENS. PEDIDO DE LIBERAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM LÍCITA. UTILIDADE E**

*NECESSIDADE DA MEDIDA. REVISÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CRIME AUTÔNOMO EM RELAÇÃO AO DELITO ANTECEDENTE. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF.*

*[...]*

*3. Aplica-se a Súmula 283/STF na hipótese em que a parte recorrente deixa de impugnar especificamente fundamento que, por si só, é suficiente para manter o acórdão recorrido.*

*4. Agravo regimental improvido" (AgRg no AREsp n. 525.800/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 15/10/2015, grifei).*

*"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AOS ARTS. 171, CAPUT E 312, AMBOS DO CP. DESCLASSIFICAÇÃO DE PECULATO PARA ESTELIONATO. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 6º, CAPUT, DA LEI Nº 9.296/96. NULIDADE DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. PROCEDIMENTO CONDUZIDO PELO MP. (I) - ACÓRDÃO ASSENTADO EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE. RECURSO QUE NÃO ABRANGE TODOS ELES. SÚMULA 283/STF. (II) - ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ART. 255/RISTJ. INOBSERVÂNCIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI VIOLADO. RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*[...]*

*2. Verificando-se que o v. acórdão recorrido assentou seu entendimento em mais de um fundamento suficiente para manter o julgado, enquanto o recurso especial não abrangeu todos eles, aplica-se, na espécie, o enunciado 283 da Súmula do STF.*

*[...]*

*5. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp n. 302.750/SC, **Sexta Turma**, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 15/5/2014, grifei)*

Com efeito, o acórdão recorrido fundamentou a manutenção da condenação uma vez que *"as investigações levadas a efeito na ação fiscal revelam a ocorrência de omissão de receitas caracterizada pelos depósitos e*

*créditos bancários de origem não comprovada, relacionados nas planilhas "Movimentação Financeira - Valores a Comprovar", sujeitos a lançamento de ofício, de acordo com o disposto no artigo 42 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (artigo 849 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - RIR/1999)", sendo que caberia à defesa impugnar este fundamento, ônus do qual não se desincumbiu, preferindo fundamentar seu apelo raro com base em suposta ilegalidade na forma como foi constituída a obrigação tributária.*

Como bem asseverado pelo **Parquet** federal, em seu parecer, "*eventuais vícios na constituição do crédito tributário são, em princípio, examináveis no âmbito judicial cível, descabendo ao Juízo Penal imiscuir-se nessa matéria. Para a seara criminal, basta a existência de lançamento definitivo em vigor, valendo a presunção da legitimidade do ato administrativo*" (fl. 1.583).

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. LANÇAMENTO DEFINITIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ANTES DO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ACÓRDÃO A QUO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES TRIBUNAL. SÚMULAS 7 E 83/STJ. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. STF.**

*1. No crime tipificado no art. 1º da Lei n. 8.137/1990, o lançamento definitivo do crédito tributário é condição objetiva de procedibilidade da ação penal, ou seja, somente poderá ser iniciada referida ação após esse marco, quando então estará configurado o tipo penal.*

*2. Desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias, na forma pretendida pelo agravante - prova acerca da ausência de notificação da decisão que rejeitou a sua impugnação ao lançamento, o que acarreta consequência de extrema relevância na esfera criminal, qual seja, a de obstaculizar o início da persecução penal -, implica necessariamente a incursão no conjunto probatório dos autos, revelando-se inadequada a análise da pretensão recursal em função do óbice da Súmula 7/STJ.*

**3. O juízo criminal não é sede própria para se proclamarem nulidades em procedimento administrativo-fiscal que, uma vez verificadas, são capazes de fulminar o lançamento tributário em prejuízo da Fazenda Nacional. Consequentemente, não deve o juízo criminal estender sua jurisdição sobre matéria que não lhe compete (cível, no caso dos autos).**

4. A tese esposada pelo Tribunal Regional consolidou-se em reiterados julgados da Sexta Turma deste Tribunal (Súmula 83/STJ).

5. A violação de preceitos, de dispositivos ou de princípios constitucionais revela-se quaestio afeta à competência do Supremo Tribunal Federal, provocado pela via do extraordinário; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso especial nesse aspecto, em função do disposto no art. 105, III, da Constituição Federal.

6. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

7. Agravo regimental improvido."(AgRg no REsp 1169532/RS, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, DJe 13/06/2013, grifei)

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SONEGAÇÃO FISCAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO NO PROCEDIMENTO FISCAL. MATÉRIA QUE NÃO PODE SER DIRIMIDA NA AÇÃO PENAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. A ação penal não é a via adequada para suscitar eventual nulidade do procedimento fiscal, pois o juízo criminal não detém competência para anular o lançamento definitivo do crédito tributário, hígido para demonstrar a materialidade da sonegação fiscal enquanto não for revisado pela Administração ou por meio de ação cível ou mandado de segurança.

2. Agravo regimental não provido."(AgRg no AREsp 135.952/SP, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Rogério Schietti Cruz**, DJe 19/5/2016)

**"PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 619 E 381 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. AFRONTA AOS ARTS. 41, 386, 384 E 156, TODOS DO CPP, E AOS ARTS. 18, I, E 29, DO CP. VOTO VENCIDO. CPC/73. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.**

1. Assim como entendeu o Tribunal recorrido, esta Corte compreende que "o juízo criminal não é sede própria para

*se proclamarem nulidades em procedimento administrativo-fiscal que, uma vez verificadas, são capazes de fulminar o lançamento tributário em prejuízo da Fazenda Nacional. Consequentemente, não deve o juízo criminal estender sua jurisdição sobre matéria que não lhe compete (cível, no caso dos autos)". (AgRg no REsp 1.169.532/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 13/6/2013).*

*2. No recurso interposto contra acórdão publicado antes da vigência do novo CPC (18/3/2016), o reexame dos elementos fático-probatórios não delineados no voto condutor encontra óbice na Súmula n. 7/STJ.*

*3. Agravo regimental desprovido."(AgRg no REsp 1471618/PR, Quinta Turma, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, DJe 11/5/2018)*

Quanto à alegada nulidade do processo em virtude da suposta ilicitude da prova que embasou a exordial acusatória, em virtude do compartilhamento de dados sigilosos obtidas pela Receita Federal com o **Parquet**, tenho que o apelo nobre, da mesma forma, sequer comporta conhecimento, na medida em que não indicou qualquer dispositivo de lei federal infraconstitucional supostamente violado. Incide, **in casu**, a **Súmula 284** do Supremo Tribunal Federal, que dispõe, **verbis**: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO TENTADO. TESES DE VALIDADE DA PROVA ORAL UTILIZADA PELO TRIBUNAL A QUO E DE NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAME DE CORPO DE DELITO. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO CLARA E OBJETIVA DA ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 155, 156 E 214 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO STF. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA DELITO DE DISPARO DE ARMA DE FOGO EM VIA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO STF. IMPRONÚNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

*1. As teses de validade da prova oral utilizada pelo Tribunal a quo e de necessidade de realização de exame de corpo*

*de delito não foram objeto do recurso especial e configuram inovação recursal, situação que inviabiliza sua análise neste agravo.*

2. Apesar de apontar violação dos arts. 155, 156 e 214 do Código de Processo Penal, o agravante não expôs, com clareza e objetividade, nenhum argumento que demonstrasse como e em que momento a decisão recorrida teria desrespeitado os mencionados dispositivos legais. Tal situação atrai a incidência da Súmula n. 284 do STF.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a ausência de indicação do dispositivo de lei federal supostamente contrariado na instância ordinária caracteriza deficiência na fundamentação, o que dificulta a compreensão da controvérsia, atraindo a incidência da Súmula n. 284 do STF. *Precedentes.*

4. As instâncias ordinárias, ao pronunciarem o réu, apontaram a existência de indícios da autoria e da materialidade do crime de tentativa de homicídio, o que torna inviável, em recurso especial, a revisão deste entendimento, a teor do enunciado sumular n. 7 do STJ.

5. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 1.014.654/BA, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 9/10/2017).

**"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DO DISSÍDIO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.**

1. *Encontra-se consolidado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a ausência de particularização do dispositivo de lei federal a que os acórdãos - recorrido e paradigma - teriam dado interpretação discrepante consubstancia deficiência bastante, com sede própria nas razões recursais, a inviabilizar a abertura da instância especial, atraindo, como atrai, a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal ('É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.')* (REsp 564.972/SC, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, **SEXTA TURMA**, julgado em 21/9/2004, DJ 13/12/2004).

2. Agravo regimental improvido" (AgRg no REsp 1030224/DF, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 20/8/2015).

No que concerne à alegação de que teriam sido violados os "artigos 5º, inciso XII e 93, inciso IX, da Constituição Federal", de igual modo, inviável a análise em recurso especial de suposta violação a dispositivo da Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência outorgada ao Pretório Supremo Tribunal Federal pela Carta Política.

Quanto ao tema, confirmam-se:

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. VIA INADEQUADA. COMPETÊNCIA DO PRETÓRIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PEDIDO DE SUSTENTAÇÃO ORAL. DESCABIMENTO. ART. 159, INCISO IV, DO RISTJ. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. CONTUMÁCIA DELITIVA. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.*

*I - Não se insere no rol de competências do Superior Tribunal de Justiça a análise de malferimento a dispositivos constitucionais, porquanto se trata de matéria afeta ao âmbito de cognição do Supremo Tribunal Federal (art. 102, inciso III, alíneas a, da Constituição da República).*

*II - O entendimento desta Corte Superior é no sentido de que não cabe pedido de sustentação oral em sede de agravo regimental, nos termos do artigo 159, inciso IV, do RISTJ.*

*III - A jurisprudência assente desta Corte Superior é no sentido de que nos casos em que o agente possui comportamento habitualmente voltado à prática criminosa, referida circunstância indica reprovabilidade da conduta suficiente ao afastamento da incidência do princípio da insignificância, razão pela qual não se sustenta a alegação defensiva de vulneração do art. 155 do Código Penal, e o pedido de reforma do acórdão recorrido para absolver o recorrente por ausência de tipicidade material da conduta praticada. Decisão mantida.*

*Agravo regimental desprovido."*(AgRg no AREsp 1421659/SP, **Quinta Turma, de minha Relatoria**, DJe 1/4/2019)

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA NOS TERMOS LEGAIS.*

[...]

*DISCUSSÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL NA VIA ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.*

*A via adequada para a apreciação de ofensa a dispositivo constitucional é o recurso extraordinário, nos termos do art. 102, III, da Constituição Federal, da competência do Supremo Tribunal Federal, não cabendo qualquer manifestação desta Corte a respeito de temas dessa natureza em sede de recurso especial, sob pena de usurpação de competência.*

[...]

4. Agravo regimental parcialmente provido apenas para redimensionar a pena do agravante." (AgRg no AREsp 960.393/MS, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, DJe 26/3/2019, grifei)

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 619 DO CPP. TRÁFICO DE DROGAS. VERIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. REGIME PRISIONAL FECHADO. ELEVADA QUANTIDADE DOS ENTORPECENTES APREENDIDOS. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. VIA INADEQUADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.*

[...]

5. É descabido o uso do recurso especial para veicular tese de violação de dispositivo constitucional. A via recursal eleita é inadequada para abrir discussão sobre o malferimento ou não do art. 93, IX, da CF, porquanto ao Superior Tribunal de Justiça não foi atribuída a missão de interpretar os preceitos da Lei Maior.

6. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no AREsp 1360669/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 1/3/2019)

Oportuna a manifestação da d. Subprocuradoria Geral da República que, em seu parecer, se manifestou pelo não conhecimento do presente inconformismo, consoante a seguinte ementa (fls. 1571-1572):

*"RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL. ILEGALIDADE NO COMPARTILHAMENTO DE DADOS. NULIDADE AB INITIO. PRETENSÃO DE REEXAME*

*DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 148 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 282 E 356/STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO ART. 42 DA LEI Nº 9.430/96, SUFICIENTE PARA A MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 283/STF. INCONFORMISMO QUE É DE SER DIRIMIDO EM ESFERA CÍVEL, NÃO NA ESFERA PENAL. DECISUM COMBATIDO QUE ENCONTRA AMPARO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA Nº 83/STJ.*

1. *O acolhimento da pretensão de declaração de nulidade do feito criminal, pelo reconhecimento de vício/nulidade de procedimento administrativo fiscal e de eventual compartilhamento de dados entre Receita Federal e Ministério Público, in casu, é providência incabível por demandar aprofundado reexame de fatos e provas. Súmula nº 7/STJ.*

2. *O inconformismo com a suposta negativa de vigência do art. 148 do CTN não foi explicitamente analisado pelo Tribunal a quo, faltando, assim, o devido prequestionamento da matéria. Súmulas nº 282 e 356/STF.*

3. *Acórdão recorrido que examinou e dirimiu a questão controvertida com amparo em dispositivo infraconstitucional não refutado pelo ora recorrente e suficiente para manutenção do édito condenatório. Súmula nº 283/STF.*

4. *Consoante decidido pelo STJ, não deve o juízo criminal estender sua jurisdição sobre matéria que não lhe compete. Por isso, incabível o reconhecimento de nulidade em procedimento administrativo fiscal, com vistas a afastar a materialidade do crime do art. 1º da Lei nº 8.137/90. Súmula nº 83/STJ.*

5. *O envio das informações pela Receita Federal ao Ministério Público, quando há esgotamento da via administrativa, constituição definitiva de crédito tributário e constatação, em tese, de ilícito penal, como no caso em exame, decorre exclusivamente de obrigação legal, insculpida no art. 83 da Lei nº 9.430/96. Súmula nº 83/STJ.*

6. *Parecer pelo não conhecimento do recurso especial"*

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso I, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do recurso especial.

P. e I.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

